

Recauchutado pela Sexta Carta de Intenção, devidamente aprovada pelo «board» do FMI na semana passada, o Brasil reengata com os bancos americanos e europeus a gincana da renegociação da dívida externa, já na terceira fase dos acordos de fevereiro de 1983.

Enquanto os ministros brasileiros voltam a dar expediente na toca da onça, revisitando Washington, Nova Iorque e Londres, nova patrulha expedicionária do FMI desembarca em Brasília para conferir nossas metas e avaliar nossos planos.

Audidores de confiança dos bancos do Atlântico Norte, os técnicos do FMI políam o «fechamento» das contas de 84 e espionam a armação dos orçamentos de 85. Na expectativa, claro, de que o novo governo, empossado em março, execute ao pé da letra o «plano de voo» dos orçamentos federais — o fiscal, o monetário, o das estatais.

Em descuidada tramitação no Congresso, o orçamento fiscal da União ainda pode (e deve) ser reformulado pelo Executivo, antes de 31 de dezembro. Ou antes do Colégio Eleitoral. A chamada «Lei de Meios» é montada em julho/agosto, por exigência constitucional. Para variar, um exercício de bola de cristal. Como adivinhar, em julho ou agosto, a evolução das colunas de receita e de despesa até dezembro do ano seguinte, com inflação sem cabresto, economia sem radar, dívida sem alívio e governo sem reeleição?

O orçamento monetário, que no Brasil tem a força de um autêntico PND, costuma ser montado entre o Natal e o carnaval. Ele terá de aguardar decisões sobre política monetária, reforma bancária, dívida pública, subsídios, repasses. Mas não tem vocação para camisa de força: é menos um orçamento convencional e mais um «plano de acompanhamento» das contas do tesouro, espécie de carta de intenção para uso interno.

Materia abrasiva é a do orçamento globalizado das estatais, onde o governo ousa governar o «quarto poder», a massa crítica das empresas do Estado-empresário. Em tempo de muda, instalação de governo novo, as estatais adoram mostrar serviço, especialmente quando da substituição articulada dos executivos do primeiro escalão, «homens de confiança» dos novos ministros.

Qualquer programação de austeridade orçamentária, via arrocho do custeio e contenção do projeto, do investimento, do cronograma, tende a ser «reavaliada» pela administração empossada em março. E todo governo novo, por cobrança do povo, está mais para o mestre-de-obras que para o guarda-livros. Especialmente agora, sociedade brasileira ainda atolada no pantanal da recessão patogênica.

Nos gabinetes das estatais, a suave sensação de que os orçamentos agora negociados com a Seplan, via Sest, são «provisórios». O próprio FMI está de desconfiamento ligado: ao invés da programação anual, contenta-se com a programação trimestral. Melhor dizendo: a dos primeiros 75 dias do ano que chega, últimos 75 dias do governo que sai.

Para o Brasil, que não se acaba em março, bem ao contrário, o que interessa barganhar, nesta altura do calendário, é algum refresco para o chamado sufoco da dívida.

Na instalação da Assembleia Anual da OEA, em Brasília, anteontem, o presidente Figueiredo retomou o discurso da ONU, em setembro de 1982, e deplorou a insensibilidade política dos governos dos países ricos e a insanidade técnica dos respectivos banqueiros. As altas taxas de juros do sistema financeiro internacional — com muitas explicações e nenhuma justificativa — condena os países endividados a um exercício perene de «enxugar gelo com toalha quente».

Estados Unidos no banco dos réus, o plenário da OEA vibrou com a colocação do presidente brasileiro: os governos credores cobram ajuste dolorosos dos governos devedores, eles que respondem pela «exacerbação» dos juros de mercado a dano dos endividados. O presidente Figueiredo só faltou erguer o dedo em riste na cara do FMI: o desajuste do pobre é simples efeito do desajuste anterior do rico, cujo governo não está sendo patrulhado pelo FMI, que prefere ficar de prontidão na casa do pobre, violando sua soberania e humilhando seu orgulho.

No mesmo dia, em outro local, para um auditório do ramo, o ministro Ernane Galvão reprisava o discurso de Figueiredo:

«Os países desenvolvidos perderam o senso de responsabilidade no trato do endividamento externo dos países em desenvolvimento. Os juros são extorsivos, os créditos

continuam sonegados, o crescimento autônomo da dívida externa coincide com o declínio desastroso do comércio internacional, a dano dos termos de troca dos países devedores. O sistema financeiro internacional só não quebrou porque os povos endividados arrastaram sacrifícios e assumiram um fardo de ajuste geral que não era de sua responsabilidade».

Do discurso de Ernane Galvão, segunda-feira, em Filadélfia, EUA, na V Conferência Monetária e de Comércio Internacional.

No mesmo embalo, o ministro brasileiro questionou a política comercial da Casa Branca, que se contenta em oferecer as migalhas do SGP — Sistema Geral de Preferências —, sem ousar contemplar os devedores (nos bancos americanos) com um tratamento diferenciado e realmente favorecido de comércio. O sapato brasileiro merece o mesmo tratamento tarifário (para não dizer retaliatório) do sapato italiano. Com diferenças obtusas: a Itália não está penhorada em dólar e o sapato italiano «invade» 13% do mercado americano (o brasileiro, menos de 2%).

Para Galvão, juros honestos, no caso americano, não deveriam passar de 6 a 8% ao ano, patamar histórico dos últimos 100 anos. Ainda assim, taxas positivas, para uma inflação ianque de 4,1% ao ano (projeção de novembro). Logo, não basta baixar, timidamente, os juros de mais 13 para menos 12, posição da semana passada.

Na Assembleia da OEA, a América Latina, lado de cá da mesa, encaixa da «debt crisis» no saco de gatos de uma agenda de 42 itens pesados, entre os quais, os vãos rasantes dos caças entediados do Tio Sam por sobre a população em pânico de Manágua.

Na última Feira Mundial de Aeronáutica, em setembro, perto de Londres, IV, um jato C-135 em voo de demonstração ou de venda, o mesmo que anda provocando Manágua por baixo, enquanto o Blackbird assolava a Nicarágua pelo alto. O barulho que o C-135 faz ao nível do chão é de derrubar obstrução de dente de qualquer cidadão.

O curioso, para não dizer o triste, é que a diplomacia americana brinca de invadir a Nicarágua em plena Assembleia Anual da Organização dos Estados Americanos, com George Shultz a bordo.